



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Expediente de 25.02.2026 a 18.03.2026

1 - Nos termos do artigo 50, inciso II, do Regimento Interno, foram recebidos por esta Comissão os seguintes documentos:

- Ofício Eletrônico nº 4435/2026, de 5 de março de 2026, do Supremo Tribunal Federal que comunica julgamento Colegiado do referendo na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.069 - Distrito Federal.
- Ofício Circular GAB1/PRM/SA n. 01/2026, de 27 de fevereiro de 2026 da Procuradoria da República de Santo Ângelo/RS que trata do contrato de concessão ferroviária da Malha Sul.

2 - Foram realizadas as seguintes designações de relatoria:

Dia 25/02/2026

Ao Deputado Amom Mandel:

PROJETO DE LEI Nº 3.188/24 - do Sr. Samuel Viana - que "dispõe sobre a análise e remediação de solos e alimentos em áreas afetadas por enchentes causadas por eventos climáticos intensos e dá outras providências. "

PROJETO DE LEI Nº 2.478/25 - da Sra. Rosângela Reis - que "dispõe sobre o reconhecimento do relevante interesse coletivo e a importância social das atividades desempenhadas pelo Conselho Nacional da Segurança Privada – CONASEP, seus Conselhos Comunitários de Segurança Privada – CONSEPRIs e seus filiados, incluindo atividades de Bombeiro Civil, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 6.720/25 - do Sr. Duda Ramos - que "institui a Lei de Proteção ao Cidadão em Eventos Climáticos Amazônicos, estabelece deveres de prevenção, preparação e resposta antecipada a eventos climáticos extremos na Região Norte, cria planos municipais obrigatórios, estoques mínimos de insumos essenciais e mecanismos de acionamento automático da União, e dá outras providências".



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao Deputado Aureo Ribeiro:

PROJETO DE LEI Nº 1.900/24 - do Sr. Célio Studart - que "estabelece a suspensão emergencial de financiamentos, contas de serviços, faturas de cartão de crédito, boletos, tarifas, taxas de juros, créditos ou empréstimos e quaisquer execuções ou cobranças de dívidas, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Congresso Nacional. "

Ao Deputado Carlos Henrique Gaguim:

PROJETO DE LEI Nº 1.001/20 - do Sr. Heitor Freire - que "estabelece a obrigatoriedade de pontos de apoio aos caminhoneiros nas rodovias brasileiras em períodos de decretação de calamidade pública". (Apensados: PL 1295/2020, PL 1525/2020, PL 1658/2020 e PL 3844/2021)

PROJETO DE LEI Nº 193/22 - do Sr. Vicentinho Júnior - que "acrescenta parágrafos ao Art. 9-A da Lei. nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste FCO, e dá outras providências.

Ao Deputado Coronel Chrisóstomo:

PROJETO DE LEI Nº 3.037/22 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira". (Apensados: PL 2153/2023 e PL 5726/2023)

Ao Deputado Delegado Marcelo Freitas:

PROJETO DE LEI Nº 1.425/23 - do Sr. Pedro Aihara - que "altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para vetar as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Municípios em que existam barragens classificadas como de médio e alto risco ou de médio e alto dano potencial associado ou ocupações em áreas de alto risco de desastres ambientais e que não disponham de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, ou este esteja defasado".

PROJETO DE LEI Nº 1.786/24 - do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj - que "altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), para dispor que, em casos excepcionais de calamidade pública, parte do Fundo Nacional da



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cultura (FNC) seja destinado ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), previstos na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. "

Ao Deputado Fausto Jr.:

PROJETO DE LEI Nº 3.296/19 - do Sr. Wilson Santiago - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cabedelo, Estado da Paraíba".

PROJETO DE LEI Nº 1.515/25 - do Sr. Gilson Daniel - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Viana, no Estado do Espírito Santo".

PROJETO DE LEI Nº 5.775/25 - do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que "dispõe sobre a simplificação e racionalização do regime de operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)".

Ao Deputado Gilson Daniel:

PROJETO DE LEI Nº 5.440/25 - do Sr. Clodoaldo Magalhães - que "institui a Política Nacional de Enfrentamento às Doenças Climáticas (PNEDC) e dá outras providências. "

PROJETO DE LEI Nº 6.151/25 - dos Srs. Pompeo de Mattos e Fernanda Melchionna - que "institui a Política Nacional de Saúde Mental Climática, dispõe sobre a organização da atenção psicossocial em contextos de desastres, cria o Sistema Nacional de Saúde Mental Climática e os Centros de Resiliência, Cura e Reconstrução de Comunidades (CRCRC), e dá outras providências".

À Deputada Jack Rocha:

PROJETO DE LEI Nº 955/25 - da Sra. Lêda Borges - que "institui o Fundo Nacional de Assistência aos Municípios Periféricos - FONAMP e dá outras providências".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 85/25 - do Sr. Evair Vieira de Melo - que "altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir o Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene".



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao Deputado Jadyel Alencar:

PROJETO DE LEI Nº 6.173/23 - do Sr. Padovani - que "inclui automaticamente os municípios em situação de emergência ou calamidade pública entre beneficiários da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN para fortalecimento das ações de defesa civil e combate às calamidades".

PROJETO DE LEI Nº 2.051/24 - da Sra. Erika Kokay - que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para criminalizar a produção, divulgação ou compartilhamento de notícia falsa (fake news) que objetive alterar, distorcer ou corromper gravemente a verdade sobre tema relacionado à saúde, à educação, ao meio ambiente, à segurança pública, à economia nacional ou a outro interesse público relevante. "

Ao Deputado João Cury:

PROJETO DE LEI Nº 1.814/24 - dos Srs. Pompeo de Mattos e Amom Mandel - que "dispõe sobre a suspensão excepcional da cobrança de pedágios em rodovias federais durante o reconhecimento de estado de calamidade pública nos estados e no Distrito Federal. " (Apensado: PL 1866/2024 (Apensado: PL 2272/2024))

Ao Deputado João Daniel:

PROJETO DE LEI Nº 2.060/24 - do Sr. Cobalchini e outros - que "estabelece a realização de concursos excepcionais especiais de loterias numéricas pela Caixa Econômica Federal, cujos lucros líquidos serão direcionados para os municípios que se encontram em estado de calamidade pública em decorrência de desastres naturais. "

Ao Deputado João Maia:

PROJETO DE LEI Nº 3.374/24 - do Sr. Amom Mandel - que "dispõe sobre a declaração de emergência por fumaça tóxica decorrente de queimadas e estabelece medidas de assistência em situações de emergência, e dá outras providências. " (Apensado: PL 3585/2024)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao Deputado Luciano Alves:

PROJETO DE LEI Nº 2.418/25 - da Sra. Coronel Fernanda - que "dispõe sobre a estruturação e o funcionamento do Conselho Nacional da Segurança Privada (CONASEP) e dos Conselhos Comunitários de Segurança Privada (CONSEPRIs), bem como sobre sua atuação complementar nas áreas de segurança privada e defesa civil, e dá outras providências".

Ao Deputado Marcon:

PROJETO DE LEI Nº 3.669/25 - do Sr. Samuel Viana - que "altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para ampliar o alcance da Política Nacional de Inovação a regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e instituir a Política Nacional de Centros de Inovação Regional (CIRs), com vistas ao desenvolvimento sustentável, tecnológico e social; dispõem sobre diretrizes, metas e instrumentos de implementação e dá outras providências."

Ao Deputado Missionário José Olímpio:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76/24 - do Sr. Heitor Schuch - que "assegura a manutenção no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), no prazo que especifica, dos optantes desse regime tributário que desenvolvam suas atividades em áreas afetadas por desastres ambientais ou eventos climáticos extremos, reconhecida a situação de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal".

Ao Deputado Murillo Gouvea:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 270/23 - do Sr. Geraldo Mendes - que "dispõe sobre Incentivos Fiscais para Empresas Automobilísticas nas Regiões Sul e Sudeste".

Ao Deputado Padre João:

PROJETO DE LEI Nº 514/24 - do Sr. Jorge Goetten - que "dispõe sobre a suspensão por até 180 (cento e oitenta) dias, do cumprimento de obrigações financeiras referentes a débitos contraídos a título de empréstimo consignado junto a instituições financeiras por pessoas naturais residentes em municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade pública ou situação de emergência. " (Apensado: PL 2382/2024)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao Deputado Pedro Campos:

PROJETO DE LEI Nº 2.255/24 - do Sr. Amom Mandel - que "institui o Programa Nacional de Educação e Simulação de Desastres, visando à implementação de programas educativos permanentes sobre gestão de desastres naturais em escolas e comunidades. "

À Deputada Renilce Nicodemos:

PROJETO DE LEI Nº 6.597/25 - do Sr. Amom Mandel - que "altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), para priorizar ações de adaptação e mitigação em áreas de alta vulnerabilidade climática, com foco na Região Norte".

Ao Deputado Robério Monteiro:

PROJETO DE LEI Nº 3.960/21 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "altera a Lei que regulamenta as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para fixação de teto para a taxa de juros".

Ao Deputado Samuel Viana:

PROJETO DE LEI Nº 6.478/25 - da Sra. Renata Abreu - que "cria a Zona Franca de Adamantina e o Fundo de Desenvolvimento da Nova Alta Paulista".

Ao Deputado Sérgio Brito:

PROJETO DE LEI Nº 2.256/24 - do Sr. Amom Mandel - que "institui a Lei de Aprimoramento do Sistema de Alertas Meteorológicos, visando à melhoria na precisão e antecedência dos alertas sobre chuvas intensas e riscos associados".

PROJETO DE LEI Nº 2.684/25 - do Sr. Ronaldo Nogueira - que "altera a Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências, para reconhecer a atuação dos Bombeiros Cíveis como atividade essencial em cenários de catástrofes, calamidades públicas e emergências de grande proporção".



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

À Deputada Silvia Cristina:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 647/19 - da Sra. Mariana Carvalho - que "susta o Decreto nº 10.037, de 1º de outubro de 2019, do Presidente da República, que revoga o Decreto de 15 de julho de 2015, que cria a Zona de Processamento de Exportação de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia".

À Deputada Socorro Neri:

PROJETO DE LEI Nº 5.430/23 - do Sr. Bruno Ganem - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, Doenças e Violência nas Escolas – CIPA Escolar".

Ao Deputado Valmir Assunção:

PROJETO DE LEI Nº 2.821/24 - da Sra. Duda Salabert e outros - que "dispõe sobre a sanção administrativa para o mau uso de sistemas de alerta para desastres e dá outras providências.

Ao Deputado Zezinho Barbary:

PROJETO DE LEI Nº 3.791/24 - do Sr. Tadeu Oliveira - que "dispõe sobre as condicionantes requeridas para o recebimento de subsídios públicos federais por empresas".